

# A INTELIGÊNCIA DOS TERRITÓRIOS: OS TERROIRS COMO ESPAÇOS DE INOVAÇÃO COLABORATIVA

*The intelligence of territories: terroirs as spaces of collaborative innovation*

António Manuel Alinhos Covas  
Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas



# A INTELIGÊNCIA DOS TERRITÓRIOS: OS *TERROIRS* COMO ESPAÇOS DE INOVAÇÃO COLABORATIVA

*The intelligence of territories: terroirs as spaces of collaborative innovation*

Antônio Manuel Alinho Covas  
Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas

**Resumo:** Na sociedade do conhecimento a interação entre tecnologia e território é um assunto de elevada prioridade. A grande questão reside em saber até que ponto um território é não apenas um “objeto de conhecimento”, mas, também, um “objeto desejado”, isto é, um território com dupla inteligência, racional e emocional. Estas duas inteligências necessitam de estar reunidas se quisermos ter um território-rede verdadeiramente inovador e criativo. Neste aspeto, os *terroirs* são um excelente campo de ensaio para a investigação-ação em inovação colaborativa.

**Palavras-chave:** Inteligência Territorial; Signos Distintivos Territoriais; Territórios-Rede; *Terroir*; Smartificação do Território; Inovação Colaborativa.

**Abstract:** *In knowledge society, the interaction between technology and territory is a matter of high priority. The main issue is to approach the two faces of a territory: as a “knowledge object” and a “desired object”, that’s to say, its rational intelligence and its emotional intelligence. These two intelligences need to be together in order to have an innovative and creative territorial networking. The terroirs approach is an excellent field of research in collaborative innovation and a good ground for place branding methodology.*

**Keywords:** *Territorial Intelligence; Territorial Distinctive Signals; Territorial-Network. Terroir; Territorial Smartification; Collaborative Innovation.*

**JEL:** R19.

## **INTRODUÇÃO o território como objeto de conhecimento e território-desejado**

Na sociedade do conhecimento, por todas as razões, as interações entre tecnologia e território são temáticas de prioridade elevada. Na sociedade do conhecimento em que vivemos hoje o nosso pressuposto é simples: todos os territórios têm uma inteligência coletiva tácita ou implícita que os seus principais atores e representantes podem explicitar e desenvolver se forem capazes de resolver os seus principais défices de conhecimento. Não há, portanto, nenhum fatalismo ou determinismo especial com um território, simplesmente, na sociedade do conhecimento a origem dos problemas reside num défice de conhecimento (DIAS e SILVEIRA, 2007).

A grande questão reside em saber até que ponto um determinado território é não apenas um “objeto de conhecimento”, mas, também, um “território-desejado” que mobiliza entusiasmo e adesão para um projeto de futuro. Estas duas inteligências, a racional e a emocional, precisam de estar reunidas (COVAS, 2018a). Se, ao contrário, um território for percebido como um mero recipiente, um continente sem conteúdo, a inteligência emocional e a inteligência racional nunca se encontrarão para um grande projeto de futuro, isto é, não haverá inteligência coletiva territorial digna desse nome e capaz de reduzir os défices de conhecimento já acumulados. Nestas condições, muito dificilmente conseguiremos criar um território inteligente e criativo.

É nesta transição das tecnologias de informação e conhecimento (TIC) para os territórios inteligentes e criativos (TIC) que a crise dos territórios e a transformação digital se entrecruzam e que a intensidade-rede ou a conexão digital se reveste de alguma ambiguidade. Por um lado, a conexão digital reduz a invisibilidade do problema, trá-lo para o espaço público, faz ruído à sua volta, chama a atenção da sociedade civil e do poder político. Nessa exata medida, o poder político fica confrontado com as suas próprias responsabilidades públicas e é obrigado a agir. Por outro lado, as comunidades *online* precisam ainda de fazer prova de vida, isto é, não podem tratar a realidade como um mero epifenômeno, reduzida a uma série de eventos que se consome com grande voracidade.

Dito de outro modo, as comunidades virtuais devem sair do “modo representação” ou do “modo personagem” se quiserem que o seu protesto virtual seja convertido em ação real e efetiva. Ou ainda, que as manifestações públicas sob a forma de eventos sejam convertíveis em “atos orgânicos” que criam enraizamento nas comunidades locais de um modo efetivo.

Eis, aqui, um campo imenso de investigação-ação para o próximo futuro, a saber, a consubstanciação de uma cadeia de valor que começa no grande universo imaterial das comunidades *online* e redes sociais com a germinação de uma ideia, que se transfere, em seguida, para uma incubadora digital ou espaço de *coworking*, que se revela e ganha reputação no espaço público e que, finalmente, se materializa num ato orgânico de criação e enraizamento territorial como se tivesse voltado às origens (COVAS, 2018a).

É sobre esta temática que pretendemos refletir neste ensaio teórico, retomando tema já tratado anteriormente, conforme adiante mencionamos.

## 2. Das TIC aos TIC: uma metodologia para os territórios-rede inteligentes

Na sociedade do conhecimento, passar “das TIC aos TIC” é criar um território-rede dotado de uma inteligência coletiva territorial onde o todo é maior do que a soma das partes. Este é, justamente, o valor acrescentado que nos é proporcionado pela *smartificação* do território e pela inteligência coletiva territorial (COVAS e COVAS, 2018a; 2018b). Na obra intitulada “Os Territórios-Rede: a inteligência territorial da 2ª ruralidade” (COVAS e COVAS, 2014a e 2014b), entre outras obras dos mesmos autores, encontra-se um amplo leque de abordagens teórico-metodológicas que abrem caminho para diferentes formas de olhar para os territórios e de trabalhá-los no sentido de criar território desejados e territórios-rede inteligentes. Em suma, no plano teórico-metodológico, é possível sintetizar num decálogo quais as necessidades dos territórios-rede inteligentes e criativos descrevendo-as do seguinte modo:

- Em primeiro lugar, é necessário encontrar uma “comissão promotora” que seja capaz de suscitar o entusiasmo inicial para a ideia de uma comunidade ou território-rede desejado (T-R-D);
- Em segundo lugar, é necessário delimitar um “território de partida” que possua alguma marca distintiva e/ou um signo distintivo territorial (SDT)<sup>1</sup> a partir da qual possa irradiar a primeira vaga de mobilização e interesse;
- Em terceiro lugar, é necessário eleger os outros signos distintivos territoriais, a distinção territorial, e fazer, se for caso disso, um primeiro ajustamento nos limites da comunidade ou do território-rede (T-R) de partida;
- Em quarto lugar, é necessário constituir o “ator-rede”, que será o *pivot* fundamental da realização do programa do T-R-D;
- Em quinto lugar, é necessário esboçar, a partir dos signos distintivos territoriais, uma “iconografia do T-R” que seja a base narrativa para uma estratégia de comunicação e marketing;
- Em sexto lugar, é necessário elaborar o “mapa gravitacional” do T-R-D, isto é, o mapeamento dos atores principais envolvidos no projeto e suas áreas de influência;
- Em sétimo lugar, é necessário conceber uma “plataforma colaborativa inter pares” para aumentar a interação e a conexão colaborativas entre todos os parceiros do projeto e os futuros utentes ou destinatários do projeto;
- Em oitavo lugar, é necessário elaborar “os conteúdos programáticos e o programa de ação” para a operacionalização do T-R-D;
- Em nono lugar, é necessário eleger os “embaixadores do T-R-D” que serão os porta-vozes da verdadeira distinção territorial;

---

<sup>1</sup> Para aprofundar a teoria dos signos distintivos territoriais (SDT) e a descoberta de territórios-desejados e Indicação Geográfica – ou afins, ver: Covas e Covas, 2018a, 2018b; Dallabrida, Covas e Covas, 2017; Covas e Covas, 2016a, 2016b, 2014c, 2014d; Dallabrida, 2017, 2016a, 2016b, 2015; Dallabrida, Pulpon e Tabasco, 2016; Mascarenhas e Wilkinson, 2014; Vandecandelaere, Arfini, Belletti e Marescotti, 2011). Para aprofundar outras experiências, nomeadamente relacionadas com o aumento das cadeias de valor (exemplo da dieta mediterrânica), ver: Covas e Covas, 2016a, 2015a, 2015b, 2015c. Para aprofundar estratégias de governança territoriais e de reocupação de espaços rurais e/ou de outros territórios em estado de necessidade, e ainda, outras experiências e aprofundamentos teóricos, ver: Covas e Covas, 2018a, 2018b, 2017, 2016a, 2016c, 2015a, 2015d, 2015e, 2014c, 2014d, 2013.

- Em décimo lugar, é necessário criar uma coreografia apropriada para o imaginário do T-R-D, por exemplo, uma paisagem literária, através de uma estratégia de marketing e comunicação.

As duas fases iniciais são fundamentais e, em especial, a seleção dos signos distintivos territoriais (SDT) é essencial para determinar a “inteligibilidade do T-R” e a natureza da comunidade virtual que se constituirá, em primeira instância, à sua volta. O nexos implicativo e a criação de sentido coletivo são, igualmente, fundamentais. Os exemplos de SDT ajudam-nos a perceber a importância desta implicação cognitiva: um campo arqueológico, uma linha de água, uma mata ou bosque, um mosaico agroecológico, um endemismo local, uma área de paisagem protegida, um ou mais percursos de natureza, uma denominação protegida, indicação geográfica ou marca coletiva, uma paisagem literária, a arte e o canto tradicionais, uma cooperativa agrícola, uma associação de desenvolvimento local, um centro de investigação, são exemplos de SDT que, pela sua conexão cognitiva, irão servir para forjar a identificação do T-R e criar uma iconografia narrativa que seja representativa e na qual todos se reconheçam. Conceber o imaginário de um T-R é, só por si, uma tarefa de grande fôlego. Tudo pode começar no universo virtual e tudo pode ser deveras surpreendente. Por que não tentar?

Passamos em revista uma metodologia que nos transporta até aos territórios inteligentes e criativos. Vejamos agora três pontos de aplicação dessa metodologia: os espaços rurais de produção, os espaços rurais de consumo e os espaços rurais colaborativos.

### **3. Os espaços rurais de produção**

A constelação tecnológica formada pelas nanotecnologias (N), as biotecnologias (B), as indústrias informáticas (I) e as ciências cognitivas (C) terá um impacto devastador sobre as ciências da vida e a saúde humana, as indústrias da alimentação e o mundo natural (NBIC) (COVAS, 2018a). O aumento das interfaces eletrônicas e digitais com a comunicação humana irá transportar-nos até mundos desconhecidos, do universo da robótica até à internet dos objetos. Com as NBIC nós próprios seremos “cidadãos aumentados”, seres permanentemente conectados e vigiados, em qualquer lugar, independentemente do “não-lugar” onde estejamos. Nesta vertigem, é muito provável que a velocidade elimine a distância, mas, contribua, também, para um “olhar paradoxal” sobre os territórios do interior, na medida em que o nomadismo e a mobilidade impedem a formação de um urbanismo crítico que lhes permita contrariar os movimentos em direção ao litoral.

Seja como for, importará dizer que estas NBIC serão, ainda, “redes digitais centralizadas” e que, “no seu interior”, num país tão pequeno como Portugal, por exemplo, os territórios do litoral e do interior serão, antes e apenas, diferentes funcionalidades do mesmo território, de acordo com uma outra tipologia de territórios cada vez mais funcionalmente e tecnologicamente encaixados. Neste contexto, o deslumbramento tecnológico é de tal ordem que vamos ter de transitar pelo “interior virtual” antes de perceber que é muito complexo e até, por vezes, doloroso todo o processo de conversão das comunidades *online* em comunidades *offline*. Quer dizer, vamos ter de fazer um processo de aprendizagem para, finalmente, compreendermos qual é a melhor combinação de “virtualidade e realidade”.

E quanto à agricultura e a valorização do interior, eis alguns exemplos retirados das tecnologias de precisão da empresa agrícola do futuro hoje: (i) a gestão remota da rega; (ii) a monitorização das culturas a partir de imagens aéreas obtidas com *drones*; (iii) as câmaras de vigilância nos estábulos e vacarias; (iv) os *robots* de ordenha e alimentação e os *chips* nos animais para acompanhamento do seu ciclo de vida; (v) os *robots* para realizar os trabalhos na vinha e os veículos autónomos como máquinas agrícolas e tratores; (vi) a sensorização da floresta (os olhos e os ouvidos das árvores); (vii) as câmaras térmicas (os olhos noturnos dos bombeiros) e os *robots* para fazer o ataque a incêndios; (viii) as imagens por *drone* das zonas com maior acumulação de matos; (ix) a recolha e tratamento da informação bruta; (x) o *farming data* e *cloud computing* e os modelos computacionais para a elaboração de cenários de intervenção, (xi) a criação de aplicações em *smartphones* para uso de agricultores e bombeiros; finalmente, (xii) a inteligência artificial (*machine learning*) para diversas simulações (SCHWAB, 2017).

Estes exemplos mostram que na “próxima encarnação” o mundo rural da produção estará irreconhecível, pois a “internet das coisas” estará presente desde a agricultura de precisão até à silvicultura preventiva. Mas a agricultura de precisão será apenas um dos vetores, porventura o mais exuberante, presentes no mundo rural. Os espaços produzidos, de conservação, recreio e visitação, pedagógicos e terapêuticos, serão, igualmente, pilares fundamentais da 2ª ruralidade.

#### 4. Os espaços rurais de consumo

Muito em breve, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a vaga de inteligência e criatividade protagonizada pelas empresas da economia digital chegarão, também, ao interior mais profundo e remoto de Portugal. O universo material e simbólico de uma região contém muitos “sinais/signos distintivos territoriais”, muitos deles ocultos ou ignorados. É a percepção de uma certa iconografia regional que irá revolucionar o conceito de *terroir* tal como ele é habitualmente entendido.

Com efeito, os territórios mais remotos e hostis serão um desafio à imaginação tecnológica e digital e aguardamos, a todo o tempo, que as universidades, os centros de investigação e as *startups* mais ousadas sejam capazes de nos trazer novidades na forma de ocupar estes territórios. Progressivamente, os *terroirs* do nosso mundo rural deixarão de ser espaços-produção para serem, cada vez mais, espaços-produzidos, se quisermos, territórios de destino, visitação e consumo. O marketing digital da comunicação irá forjar uma imagem de marca cheia de *glamour* e *pastiche*, os novos embaixadores farão a boa publicidade do *place branding*, a chegada de muitos neorurais talentosos revolucionará os tradicionais *terroirs* de produção.

Por exemplo, os *terroirs* do Alentejo Vinhateiro, do Dão e Bairrada, do Alto Douro Vinhateiro, do Minho Verde, entre outros, são um excelente ponto de partida para os futuros *terroirs* policromáticos do nosso mundo rural. As designadas “rotas do enoturismo” são, neste contexto, apenas um embrião simplista do muito que ainda falta fazer. Queremos crer que os neorurais de todas as extrações e proveniências já preparam essa grande jornada que nos conduzirá, gradualmente, dos *terroirs* de simples produção aos *terroirs* de produção e destino, digamos, aos *terroirs* mais policromáticos.

Os signos distintivos territoriais e a sua especial iconografia abrem-nos a porta para diferentes cenografias e coreografias do território. As empresas do marketing digital e da publicidade, em conjugação com as empresas da animação turística e cultural, aproveitarão a oportunidade e tomarão o mundo rural como um *décor* para as suas próximas incursões e representações. O naturalismo romântico do nosso rural profundo será um trunfo e um ativo preciosos. Não será apenas a agricultura de precisão com os seus *agribots*, será, também, a “agrocultura” com uma cenografia e coreografia específicas. O mundo rural e o campo tornar-se-ão uma espécie de cenário natural para as produções *low cost* da cibercultura mais variada.

Eis alguns exemplos retirados desse universo referencial e que, no seu conjunto, ajudam a compor o ambiente inspirador do *terroir*: (i) a espiritualidade e o gênio dos lugares; (ii) a inspiração transbordante da natureza; (iii) o sentido religioso do silêncio e do recolhimento; (iv) a beleza de um quadro pictórico; (v) o encantamento de uma paisagem literária; (vi) os mistérios da vida natural; enfim, (vii) a nostalgia da vida simples. Os territórios inteligentes e criativos do futuro terão aqui matéria-prima suficiente para trabalhar e produzir novos conteúdos criativos e culturais e logo, também, produtivos.

## 5. Os espaços rurais colaborativos

Ao lado do capitalismo puro e duro que permanecerá, teremos, cada vez mais, uma economia colaborativa que tornará o capitalismo mais popular e genuíno, no sentido próprio dos termos (NOVEL, 2013). Formar-se-ão comunidades locais e atores-rede onde o capital social será tão ou mais decisivo que o capital financeiro. A responsabilidade social, ambiental e cultural irá progressivamente incorporar a inteligência coletiva territorial que, assim, adotará uma coreografia política e social mais complexa e diferente da atual, com um lugar especial para a solidariedade social e a ética do cuidado.

Esta será a principal tarefa do próximo futuro, a criação de uma inteligência coletiva territorial capaz de enquadrar o ecossistema do rural profundo. Não temos dúvidas de que haverá mais campo na cidade e mais cidade no campo. Nesses corredores verdes, iremos celebrar a agricultura vertical na cidade, o aproveitamento dos logradouros e jardins urbanos, as novas agriculturas periurbanas acompanhadas pela comunidade, as agriculturas de nicho com denominação de origem<sup>2</sup>, os circuitos curtos agroalimentares, os projetos inovadores de economia circular e os *terroirs* agroculturais que serão a “cereja em cima do bolo” e uma verdadeira atração para os neorurais que chegarão curiosos para ocupar o interior do país. As plataformas colaborativas serão uma ferramenta fundamental para montar esta inteligência coletiva territorial. Eis algumas iniciativas da sociedade colaborativa onde podemos fazer a prova da conexão necessária entre Comunidades, Redes distribuídas e Plataformas digitais (CRP): (i) CRP de Alojamento Local; (ii) CRP de Produção de Alimentos Biológicos; (iii) CRP de Economia Circular 4R (redução, reciclagem, reutilização, reparação); (iv) CRP de Cuidados Ambulatoriais de Saúde; (v) CRP de Produção Local de Energia; (vi) CRP de Serviços Ambulatoriais ao Domicílio; (vii) CRP de Mercados de Ocasão; (viii) CRP de *Cohousing* para a Comunidade Sênior; (ix) CRP de Envelhecimento Ativo; (x) CRP de Emprego e Formação Profissional; (xi)

---

<sup>2</sup> Ou Indicação Geográfica, sob a forma de Denominação de Origem, no caso do Brasil.



CRP de Defesa do Cidadão com Deficiência; (xii) CRP de Promoção de Comunidades Terapêuticas; (xiii) CRP de Defesa do Patrimônio Natural; (xiv) CRP de Defesa do Patrimônio Construído; (xv) CRP de Educação e Formação; (xvi) CRP de Mobilidade Partilhada; (xvii) CRP de Produção de Conteúdos e Comunicação; (xviii) CRP de Organização de Trabalho Voluntário; (xix) CRP de Cooperação e Extensão Agrícolas; (xx) CRP de Economia do Biscate (*Gig on demand*)...

Em alguns destes casos as comunidades *offline* já estarão no terreno, em outros casos só existirão virtualmente por meio de plataformas e aplicações digitais. À nossa frente está, portanto, um trabalho enorme de construção social e política de uma sociedade e economia colaborativas a partir de uma base comum de inteligência coletiva territorial (racional, emocional e artificial) que as redes e as plataformas distribuídas podem ajudar a montar e operar.

O princípio geral das plataformas tecnológicas é a “desintermediação” e o objetivo principal é reduzir os custos de transação e operação dos agentes que estão no mercado. Os modelos de negócio transformam-se, em consequência. Nestes modelos as “redes digitais distribuídas” serão uma promessa de equidade territorial. Ao contrário das redes centralizadas que reproduzem o poder hierárquico e vertical, as redes digitais distribuídas são “relações sem poder”, laterais e colaborativas, sem um centro ordenador. As redes distribuídas fazem parte da chamada “internet primordial” ou internet dos cidadãos, através da qual se praticará a economia dos bens comuns colaborativos, uma economia inter pares de intermediação mais simples (AAVV, 2015). As empresas *startup* que criarem plataformas tecnológicas e respetivas aplicações serão o agente principal destas redes digitais distribuídas e aqui a imaginação não tem limites. Os espaços de *coworking*, os *fablab*, as incubadoras, os centros de investigação, serão os locais privilegiados para fazer nascer estas redes distribuídas, mas a grande maioria encontra-se numa fase rudimentar e artesanal a necessitar de uma nova geração de investimento público ou de capital de risco.

Hoje, porém, à nova economia digital não bastam as comunidades *online* criadas de geração espontânea em espaços de *coworking* ou *fablab* municipais. Esta é a versão *fashion* do problema que temos nas mãos e que as políticas públicas de coesão alimentam amiúde, com incentivos de ocasião, sem sucesso visível ou aparente. Também não bastam as *startup* geradas em incubadoras e aceleradoras, quais corredores solitários em busca de uma pista segura que lhes garanta um mínimo de sustentabilidade.

De fato, há uma diferença abissal entre o conforto de uma rede digital gerida por uma comunidade *online* e o desconforto de um problema real gerido por uma comunidade *offline*, já para não falar da qualidade do ator-rede que administra a rede digital distribuída. Nestes termos, a rede digital não será distribuída, será apenas mais um vendedor de ilusões sem impacto real sobre os problemas existentes.

## 6. A arte da composição dos territórios-rede inteligentes e criativos

Aos olhos do observador inteligente os territórios são cristais multifacetados, reinventados e recriados de forma continuada. Acresce que, a cooperação territorial, um recurso acessível e barato, aumenta os ativos à nossa disposição e valoriza os elementos que antes podiam ser considerados marginais. Além disso, se dermos um passo atrás podemos observar padrões na natureza e na sociedade que se reforçam mutuamente e que são outros tantos signos distintivos da nossa identidade. Estas

breves referências servem apenas para recolocar o problema, ou seja, os territórios têm muito mais recursos e ativos do que nós imaginamos, apenas não foram ainda redescobertos e recompostos pela investigação-ação (COVAS e COVAS, 2014b e 2015a). Esta é a essência dos SDT, fruto da arte da recomposição de fatores identitários, que permite novas hermenêuticas territoriais e, portanto, novos significados e significações, ao mesmo tempo que transportam ainda mais valor imaterial para a valorização dos sistemas produtivos locais e regionais.

Com efeito, uma indicação geográfica, uma denominação de origem, uma marca com notoriedade, um nome prestigiado, uma paisagem literária, um ícone histórico-cultural, o artesanato de qualidade, os diferentes modos de fazer um produto, todos são um bom pretexto para uma verdadeira arte da recomposição das cadeias de valor tradicionais. Na verdade, a economia imaterial, mas, também, a economia circular e a economia colaborativa jogam aqui um papel decisivo pois abrem a porta a inúmeros fatores imateriais e intangíveis que contribuem fortemente para recriar as cadeias de valor hoje existentes. Há mesmo, em muitos casos, uma inversão da cadeia de valor dos territórios, pois é a mais-valia simbólica da economia do imaterial e do intangível que determina a importância e a projeção econômica da cadeia de valor. Veja-se, a título de exemplo, o que se passa com o valor e reputação associados à dieta mediterrânica (COVAS e COVAS, 2016a, 2015a, 2015b e 2015c). Este e outros exemplos representam grandes oportunidades para as regiões mais pobres em recursos materiais.

No mesmo sentido joga a economia circular<sup>3</sup>, pois “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Tal como a economia do imaterial, também a economia circular transforma radicalmente as cadeias de produção e valor. A sinergia toma progressivamente o lugar da entropia, por duas vias: os resíduos que se transformam em recursos, por sua vez “internalizados” em atividades econômicas, e as externalidades negativas que são reduzidas ou eliminadas e que são, igualmente, internalizadas na atividade econômica. A produção específica de internalidades é, doravante, não apenas um campo específico de investigação, mas, também, uma forma de auto regulação da cadeia local de valor que, ao privilegiar a prestação de serviços, é toda a comunidade local que se beneficia com essa nova rede de trocas. Comunidades reais de pessoas concretas, uma rede de relações sociais bem distribuída, um território-rede desejado, uma economia produtiva de proximidade, mas, também, uma economia circular bem oleada e as plataformas digitais para a economia colaborativa, eis na sua máxima expressão a arte da composição dos territórios-rede.

Um outro aspeto essencial da arte da composição dos territórios diz respeito à proteção dos *terroirs* não apenas dos efeitos das alterações climáticas, mas, também, dos efeitos perversos da turistificação e, em particular, da “patrimonialização abusiva” de recursos naturais e culturais. Por uma espécie de efeito paradoxal, ou talvez não, os rurais aspiram aos valores urbanos e os cidadãos sonham com o imaginário bucólico do campo. O campo é um território pleno de representações e quanto menos gente lá habita maior é o seu mistério e a sua nostalgia. Estas representações estão, porém, em vias de se converterem em procuras solventes e comerciais, ou seja, em produtos turísticos. Estamos, portanto, num momento crucial, olhando para o nosso rural tardio e cada vez mais próximos de cortar o cordão umbilical que ligou, durante gerações, a memória e o imaginário da cultura campesina que podia ser observada *in situ* através de uma ordeira passagem de

---

<sup>3</sup> Ver abordagem sobre Economia Circular em: EMF (2015).

testemunho feita de “tradição, coração e oração”. Agora, porém, trata-se de “experienciação e emoções rápidas e furtivas”, e não se descortina, ainda, quem possa assegurar a passagem do testemunho, sem sobressalto. Se não o fizermos com prudência e sabedoria a turistificação mercantil do território tomará conta da ocorrência.

É aqui que entram os *terroirs* tal como os enunciámos e este é um ponto essencial na trajetória do mundo rural de amanhã. Perante a gravidade das alterações climáticas, não há preservação da cultura da memória e do imaginário sem a formação de regiões biogeográficas que se distingam, justamente, pela composição de paisagem, produção agroecológica e gestão da biodiversidade. As paisagens tradicionais dos *terroirs* formaram-se tendo em consideração as características biofísicas do território e a necessidade de obter produtos essenciais às populações, segundo a maneira própria de cada comunidade entender a vida e o mundo. As paisagens tradicionais são, pois, um ato de criação, a marca de um povo, a memória de um país, que hoje se prolongam no plano das artes, da contemplação e da poesia.

Porém, com a vertigem do quotidiano e a velocidade da deslocação, o arco-íris das paisagens tradicionais tornou-se cada vez mais monocromático, um ponto no horizonte igual a tantos outros. Esta dissociação entre a vida e o trabalho, entre a história longa e a história curta, interessa à indústria turística. As paisagens tradicionais são “embelezadas paisagisticamente” para serem consumidas como produtos turísticos. Podem, mesmo, serem replicadas algures. Para o sucesso desta operação é conveniente que sejamos “aliviados” da nossa própria memória histórico-familiar, porque quase todos nós construímos a trajetória de vida a partir das nossas origens agro-rurais. Se for comercialmente rentável, a turistificação tomará a seu cargo a tarefa de clonar as paisagens tradicionais do país lá onde for necessário. Por esta via, que apaga e dissipa as nossas memórias, garante-se a modernização e o progresso!

Num tempo de “turismo total” não é apenas a gentrificação populacional das vilas e cidades que nos deve preocupar, é, também, a ludificação excessiva e, sobretudo, o critério e o modo como dispomos e usamos recursos escassos como a água, o solo e a vegetação, no fundo a paisagem global que nos acolhe (TELLES, 2011). Não simplifiquemos, pois. Todos nós somos, cada um à sua maneira, cuidadores da paisagem. Mas não nos iludamos. Há uma literacia própria da paisagem, que necessita de ser convenientemente abordada, sob pena de a nossa percepção da paisagem ser um crime de lesa-pátria e um mau serviço prestado ao país.

## 7. Notas Finais

No plano analítico qualquer território está na encruzilhada de três tipos de redes: as redes institucionais, de geometria fixa, as redes sociais, de geometria variável e as redes funcionais, também de geometria variável. Infelizmente, trocamos o capital social, recurso barato e abundante da cooperação interpares, por capital institucional produzido por estruturas burocráticas do estado-central e do estado-local. A desafeição política que hoje se verifica em quase todos os sistemas políticos domésticos tem a ver com este grave desequilíbrio: o poder reside mais nas redes institucionais e burocráticas do estado-administração e o capital social, mais difuso e inorgânico, reside nas redes sociais e funcionais. A consequência lógica e a expressão

deste desequilíbrio mostram-nos que o ativismo político das gerações mais jovens passou a morar nas redes sociais e nas comunidades *online* onde procura pertencimento, identidade e reconhecimento. Estamos muito longe de uma interação favorável e positiva entre comunidades *online* e comunidades *offline*. Há aqui muito trabalho para fazer em matéria de investigação-ação-extensão.

A explosão de novos signos distintivos territoriais, aumenta extraordinariamente, esperamos nós, o número e a qualidade das representações que fazemos dos territórios em geral e de cada um em concreto. A iconografia territorial é um discurso de legitimação, mas reporta-se, também, a um “território desejado”. Cada território apresenta, assim, potencialmente, múltiplas territorialidades, isto é, converte-se num significante com muitas significações e significados, logo, objeto de muitas geometrias variáveis (COVAS e COVAS, 2015a, 2014b). Estamos, portanto, perante um problema de escolhas e opções, logo, de atores-rede e modelos de governança territorial que fazem apelo à arte e ciência das redes sociais.

Acreditamos que, no próximo futuro, naquilo que designamos como a “2ª ruralidade” (COVAS e COVAS, 2012), a novidade mais importante será, justamente, a emergência de uma grande variedade de redes e plataformas tecnológicas e sociais, com graus diferenciados de enraizamento no território. Inicialmente, tudo poderá parecer um pouco caótico, mas na 2ª ruralidade “os neorurais vindouros” desempenharão um papel fundamental e tornarão o campo quase irreconhecível, tal como o conhecemos hoje. A arte das comunidades *online* e das redes sociais vai trazer-nos uma espécie de “realidade aumentada” sob a forma de “agricultura acompanhada pela comunidade” (AAC), de gestão comunitária e agrupada de aldeias e vilas, de economia da partilha e economia circular, onde não haverá recursos ociosos e expectantes e onde a patrimonialização dos recursos arqueológicos e históricos e a sua moderada turistificação serão, também, uma realidade. Não será o melhor dos mundos, mas será seguramente um mundo melhor.

A grande questão que fica por resolver, face à irrupção de novas multiterritorialidades (COVAS e COVAS, 2015a), é a qualidade do capital social, isto é, a emergência de um ator-rede que seja capaz de conciliar “ordem com inteligência e imaginação”, em benefício dos territórios e, sobretudo, dos mais desfavorecidos.

Esperamos ter contribuído singelamente para iniciar o caminho que se faz caminhando, trazendo mais amigos para a caminhada.

## REFERÊNCIAS

AAVV. (CORIAT, B. Dir.). **Le Retour des Communs**: La crise de l'idéologie propriétaire. Paris: Éditions Les Liens qui Libèrent, 2015.

COVAS A. **A grande transformação dos territórios**. Lisboa: Editora Silabo, 2018b.

COVAS, A. e COVAS, M. M. **A caminho da 2ª ruralidade**. Lisboa: Editora. Colibri. 2012.

COVAS, A. O sexto continente: A nação-internet – A grande bifurcação da Era Digital. Lisboa: Editora Silabo, 2018a.

COVAS, A.; COVAS, M. M. **A construção social dos territórios-rede**: A inteligência territorial da 2ª ruralidade. São Paulo: Editora LiberArs, 2014b (E-Book Kindle).

COVAS, A.; COVAS, M. M. A dieta mediterrânica – a criação de uma cadeia de valor multifuncional. Para uma nova inteligência territorial no rural tradicional algarvio. Uma abordagem exploratória. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n.º 7, p. 111-128, 2015b.

COVAS, A.; COVAS, M. M. A Dieta Mediterrânica - Entre a tradição e a inovação - Uma oportunidade para o rural tradicional algarvio. In: COVAS, A.; COVAS, M. M. **Definindo Dieta Mediterrânica - Património Cultural da Humanidade**. Faro. Universidade do Algarve, 2015c, p. 276–286 (E-Book).

COVAS, A.; COVAS, M. M. Cultura Digital, Inteligência Colectiva e Interdisciplinaridade. In: Proceedings of the International Congress on Interdisciplinarity in Social and Human Sciences, **Anais...**, CIEO, Faro, Universidade do Algarve, 5-6 de maio/2016c, p. 79-88. Disponível em: [http://media.wix.com/ugd/30a75f\\_6367679ee91d4e5e98495a0415790a01.pdf](http://media.wix.com/ugd/30a75f_6367679ee91d4e5e98495a0415790a01.pdf). Acesso em: 01-04-2019.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Da microgeoeconomia aos territórios-rede. X Coloquio Ibérico de Estudios Rurales. Territorios rurales, Agriculturas locales y Cadenas alimentarias, (X CIER), **Anales...**. València: Editorial Universitat Politècnica de València, 16-17 de outubro de 2014c.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Dos territórios-zona (T-Z) aos territórios-rede (T-R): um instrumento para a 2ª ruralidade pós-produtivista». I Coloquio Internacional de Geografia Rural - Colorural2016 - XVIII Colóquio de Geografia Rural da AGE, **Anales...**. Ciudad Real (Espanha), 7-9 de setembro de 2016b, p. 590-604.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Em busca de uma racionalidade territorial multiníveis nos processos de governança regional: o exemplo da região do Algarve. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 3, n. 2, p. 66-85, 2013.

COVAS, A.; COVAS, M. M. **Multiterritorialidades I**: Temas e problemas de governança e desenvolvimento territoriais. Lisboa: Editora Colibri, 2015a.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Os territórios inteligentes e criativos da 2ª ruralidade: um ensaio exploratório em redor da dieta mediterrânica. II Encontro Lusófono em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural (ESADR 2016). “Políticas Públicas” para a Agricultura PÓS 2020/VIII, Congresso da APDEA, ESADR 2016. Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior Agrária, Coimbra, 7 – 9 de setembro. **Livro de Actas**, p. 461-479, 2016a.

COVAS, A.; COVAS, M. M. **Os territórios-rede**: a inteligência territorial da 2ª ruralidade. Lisboa: Editora Colibri, 2014a.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Os territórios-rede: uma nova inteligência territorial em Portugal. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Desenvolvimento territorial**: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a Indicação Geográfica como referência. São Paulo. Editora LiberArs. 2014d, p. 97-119.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Signos Distintivos Territoriais, bens de mérito e reputação e smartificação do território: contributo para uma teoria geral da 2ª ruralidade. **Comunicação ao XVI Colóquio Ibérico de Geografia**, realizado em Segóvia, de 4 a 6 de julho de 2018, 2018a.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Sociedade algorítmica, Pluriactividade, e Rendimento Básico Universal (RBU): uma utopia para o século XXI? In: 2nd International Congress on Interdisciplinarity in Social and Human Sciences, **Anais...**, Universidade do Algarve, Faro, 11 a 12 de Maio, 2017.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Sociedade do conhecimento, escalas de governo e governança territorial: a sociedade portuguesa em transição. In: II Congresso Internacional SETED-ANTE, **Actas...**, Santiago de Compostela, 1-3 de julho, 2015d.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Sociedade do conhecimento, escalas de governo e governança territorial – um ensaio exploratório e prospectivo para a sociedade portuguesa. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 5, n. 2, p. 25-47, 2015e.

COVAS, A.; COVAS, M. M. Territorialização e digitalização de políticas públicas do território: as duas faces do problema. In: SIMÕES, O. (ed.). **O rural depois do fogo**. Coimbra: ESAC, IPC, 2018b, p. 229-237.

DALLABRIDA, V. R. Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas. **Revista EURE**, v. 42, n. 126, p. 187-212, mayo/2016a.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. L(2º), n. 215, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do Desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba (PR): Editora CRV, 2017.

DALLABRIDA, V. R. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. São Paulo. LiberArs. 2016b.

DALLABRIDA, V. R.; PULPÓN, A. R. R.; TABASCO, J. J. P. Signos Distintivos Territoriais, Indicação Geográfica e Desenvolvimento Territorial: uma primeira apreciação sobre experiências na Espanha e Brasil. In IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social/ENAPEGS, **Anais...**, Porto Alegre (RS-Brasil), Universidad Federal do Rio Grande do Sul, maio/2016.

DALLABRIDA, V.; COVAS, M. M.; COVAS, A. Inovação, desenvolvimento e espaço urbano: uma relação necessária mas não suficiente. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 2, p. 360-378, maio-agosto/2017.

DIAS, L. C.; SILVEIRA, R.L.L. (Org.). **Redes, Sociedades e Territórios**. 2. Ed. Santa Cruz do Sul – RS: EDUNISC, 2007.

EMF (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION). **Rumo à economia circular**: o racional de negócio para acelerar a transição. Cowes, Isle of Wight, 2015. Disponível em: <[http://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/Rumo-a%CC%80-economia-circular\\_Updated\\_08-12-15.pdf](http://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/Rumo-a%CC%80-economia-circular_Updated_08-12-15.pdf)>. Acesso em 16 mar. 2017.

MASCARENHAS, G.; WILKINSON, J. Indicações geográficas em países em desenvolvimento: potencialidades e desafios. *Revista de Política Agrícola*, v. 23, n. 2, p. 103-115, 2014.

NOVEL, A.S. **La vie share**: mode d'emploi – consommation, partage et modes de vie collaboratifs. 3<sup>e</sup> édition. Paris: Editions Gallimard – collection Alternatives. Manifestô – Alternatives, 2013.

TELLES, G. R. Paisagem Global – Conceito para o Futuro. In: SERRÃO, A. V. (Coord.). **Filosofia da Paisagem**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011, p. 476-485.

VANDECANDELAERE, E.; ARFINI, F.; BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. (Edit.). **Uniendo Personas, Territorios y Productos**. Guía para fomentar la calidad vinculada al origen y las indicaciones geográficas sostenibles. Roma: FAO/SINER-GI, 2011 (reimpressão).

**Sobre o(s) Autor(es):**

**António Manuel Alinho Covas**

*Professor na Universidade do Algarve (UALG)/Portugal. E-mail: acovas@ualg.pt*

**Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas**

*Professora na Universidade do Algarve (UALG)/Portugal. E-mail: mcovas@ualg.pt*